

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS GOIÂNIA OESTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

**O NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS
NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO, O ADOECIMENTO E A
LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE
GOIÁS.**

LARISSA RODRIGUES VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em Pedagogia

Orientador: Profª Drª Janaina Cristina de Jesus

GOIÂNIA
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: LARISSA RODRIGUES VIEIRA

Matrícula: 20202130010071

Título do Trabalho: O NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO, O ADOECIMENTO E A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS.

Autorização - Marque uma das opções

1. (X) Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. () Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. () Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

- () O documento está sujeito a registro de patente.
() O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo. ()
Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Goiânia, 13/10/2025.
Local Data



Documento assinado digitalmente
LARISSA RODRIGUES VIEIRA
Data: 13/10/2025 16:37:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS GOIÂNIA OESTE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

O NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA
EDUCAÇÃO PÚBLICA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO, O ADOECIMENTO E A
LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE
GOIÁS.

LARISSA RODRIGUES VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado (a) em Pedagogia, do Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia,
câmpus Goiânia Oeste.

**Orientador: Prof^a Dr^a Janaina Cristina de
Jesus.**

GOIÂNIA

2025

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)

V658n Vieira, Larissa Rodrigues

O neoliberalismo como engenharia social e seus impactos na educação pública: entre a precarização, o adoecimento e a luta pelo direito ao trabalho na rede pública estadual de Goiás. [manuscrito] / Larissa Rodrigues Vieira. - . Goiânia: IFG, 2025. 31f.

Trabalho de conclusão de curso
Orientadora: Dra Janaina Cristina de Jesus
Bibliografia f. 30.

1. Neoliberalismo. 2. Educação pública. 3 Trabalho docente. 4. Precarização. Adoecimento Profissional I. Janaina Cristina de Jesus. II. Instituto Federal de Goiás III. Título.

CDD 379

Catálogo na fonte: Shilton Caldeira Nunes CRB 1/2505
Instituto Federal de Goiás

ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA

Na presente data realizou-se a sessão pública de defesa da Monografia intitulada **Neoliberalismo como engenharia social e seus impactos na educação pública: entre a precarização, o adoecimento e a luta pelo direito ao trabalho na Rede Pública Estadual de Goiás**, sob orientação de Janaina Cristina de Jesus, apresentada pela aluna **Larissa Rodrigues Vieira (20202130010071)** do Curso **Licenciatura em Pedagogia (Câmpus Goiânia Oeste)**. Os trabalhos foram iniciados às **19:00** do dia **27/03/2025** pela Professora presidente da banca examinadora, constituída pelos seguintes membros:

- **Janaina Cristina de Jesus** (Presidente)
- **Mariana do Vale Moura** (Examinadora Interna)
- **Paulo Winícius Teixeira de Paula** (Examinador Externo)
- **Dayanna Pereira dos Santos** (Examinadora Suplente Interna)

A banca examinadora, tendo terminado a apresentação do conteúdo da Monografia, passou à arguição da candidata. Em seguida, os examinadores reuniram-se para avaliação e deram o parecer final sobre o trabalho apresentado pelo aluno, tendo sido atribuído o seguinte resultado:

☒ Aprovado

☐ Reprovado

Nota : 10,0

Observação / Apreciações:

Proclamados os resultados pelo presidente da banca examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, eu **Janaina Cristina de Jesus** lavrei a presente ata que assino juntamente com os demais membros da banca examinadora.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Paulo Winícius Teixeira de Paula** (943.484.561-00), em **28/03/2025 11:42:45** com chave **e92974fc0be211f097ac005056a537a4**.
- **Dayanna Pereira dos Santos** (705.803.241-68), em **29/03/2025 07:55:43** com chave **5c4960740c8c11f09c16005056a537a4**.
- **Janaina Cristina de Jesus** (469.883.001-04), em **28/03/2025 11:54:39** com chave **92ea7f9e0be411f0988f005056a537a4**.
- **Mariana do Vale Moura** (030.001.791-00), em **28/03/2025 11:15:19** com chave **145c91300bdf11f0b5f7005056a537a4**.

Este documento foi emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifg.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir.

Tipo de Documento: Ata de Projeto Final

Data da Emissão: 29/03/2025

Código de Autenticação: c29712



Folha de Aprovação

O NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ENTRE A PRECARIZAÇÃO, O ADOECIMENTO E A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS.

LARISSA RODRIGUES VIEIRA

Trabalho de conclusão de curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, campus Goiânia Oeste.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Janaina Cristina de Jesus (IFG) – Presidente da Banca

Prof.^a Dr^a Mariana Do Vale Moura (IFG) – Membro Titular

Prof^o Me. Paulo Winicius Teixeira de Paula – Membro Externo

Prof^a Dr^a Dayanna Pereira Dos Santos (IFG) – Membro Suplente

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha mãe, pois cada conquista minha carrega seu nome, cada sonho realizado tem a marca do seu apoio.

Por todas as palavras de incentivo, por cada gesto de carinho e por nunca soltar minha mão, dedico-te este trabalho, com toda a gratidão do meu coração.

Agradecimentos

A caminhada até aqui não foi solitária, este trabalho é fruto de muitas mãos, mentes e corações que, direta ou indiretamente, contribuíram para sua realização.

Ao Instituto Federal de Goiás, minha gratidão por ser um espaço de transformação, conhecimento e oportunidades, onde pude crescer não apenas academicamente, mas também como ser humano.

À minha orientadora, que, com paciência, sabedoria e incentivo, guiou-me nessa jornada, mostrando-me que o aprendizado vai além das páginas dos livros. A todos os professores que, com dedicação e inspiração, ajudaram a construir esse caminho, deixo minha sincera gratidão.

Ao meu irmão Thiago e amigos, Rhadylla, Daniella, Marcos e Sérgio, companheiros de luta e de sonhos, que nunca me deixaram desistir e jamais aceitaram que eu duvidasse de mim mesma. Vocês foram âncora e vento, me segurando quando necessário e me impulsionando sempre adiante.

A todos os docentes, que enfrentam diariamente desafios em nome de uma educação libertadora e transformadora, reforço as palavras de Paulo Freire: "A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo.". Que essa luta por uma vida melhor nunca cesse, pois é através da educação que mudamos o mundo.

A todos que, de alguma forma, fizeram parte dessa jornada, meu mais profundo e sincero agradecimento.

Resumo em Língua Vernácula

Este estudo investiga os impactos do neoliberalismo nas condições do trabalho docente no Brasil e apresenta exemplos de como a precarização desse trabalho se dá de forma multifacetada em Goiás. O neoliberalismo é abordado enquanto forma de engenharia social, responsável por reconfigurar políticas públicas e relações laborais que intensificam a precarização e os processos de adoecimento mental dos professores. Para compreender essa dinâmica, a pesquisa se estrutura em dois capítulos: a constituição histórica do neoliberalismo e sua influência na educação; as reformas educacionais e uma análise da situação da carreira docente em Goiás; e os processos de adoecimento dos professores decorrentes das exigências e condições impostas pelo modelo neoliberal. A metodologia adotada é a pesquisa bibliográfica, fundamentada em obras de autores como Oliveira (2010, 2020), Freitas (2018), Safatle (2022) e Paulo Freire (1979, 1996). Os resultados indicam que as políticas neoliberais aplicadas à educação intensificaram a sobrecarga docente, reduziram a estabilidade empregatícia e impuseram um modelo de gestão baseado na meritocracia e na responsabilização individual dos professores pelo desempenho dos alunos. Além disso, foi possível observar um aumento significativo dos casos de adoecimento docente, especialmente relacionados à síndrome de burnout, ansiedade e depressão, refletindo um ambiente de trabalho desgastante e pouco valorizado. O estudo ressalta a necessidade de resistência e mobilização dos profissionais da educação para reivindicar melhores condições de trabalho e combater as consequências das políticas neoliberais no trabalho docente no ensino público, defendendo um modelo educacional democrático e socialmente referenciado.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Educação Pública; Trabalho Docente; Precarização; Adoecimento Profissional.

ABSTRACT

This study investigates the impacts of neoliberalism on the working conditions of teachers in Brazil and presents examples of how this labor precarization occurs in a multifaceted way in Goiás. Neoliberalism is addressed as a form of social engineering responsible for reconfiguring public policies and labor relations that intensify precarization and mental health issues among teachers. To understand this dynamic, the research is structured into two chapters: the historical constitution of neoliberalism and its influence on education; the educational reforms and an analysis of the teaching career situation in Goiás; and the processes of teacher illness resulting from the demands and conditions imposed by the neoliberal model. The adopted methodology is bibliographic research, based on works by authors such as Oliveira (2010, 2020), Freitas (2018), Safatle (2022), and Paulo Freire (1979, 1996). The results indicate that neoliberal policies applied to education have intensified teacher overload, reduced job stability, and imposed a management model based on meritocracy and the individual accountability of teachers for student performance. Additionally, a significant increase in cases of teacher illness was observed, especially related to burnout syndrome, anxiety, and depression, reflecting an exhausting and undervalued work environment. The study emphasizes the need for resistance and mobilization among education professionals to demand better working conditions and to combat the consequences of neoliberal policies in public education, defending a democratic and socially-oriented educational model.

Keywords: Neoliberalism; Public Education; Teaching Work; Precarization; Professional Illness.

Sumário

INTRODUÇÃO	10
1. ASPECTOS DO NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS.....	12
2. NEOLIBERALISMO, ADOECIMENTO DOCENTE E A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS.	18
2.1. Neoliberalismo e adoecimento docente	18
2.2. Formas de precarização do trabalho docente na educação pública estadual de Goiás: alguns exemplos	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	30

Lista de Abreviaturas, Siglas e Símbolos

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

FUNDEF: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

IFG: Instituto Federal de Goiás.

OS: Organizações Sociais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho monográfico tem por objetivo analisar os impactos do neoliberalismo na condição do trabalho docente. Parte-se, para tanto, de sua compreensão como forma de “engenharia social” que influencia a gestão pública da educação, de modo a provocar alterações nas políticas educacionais, intensificando a precarização das condições para o exercício da docência. Com o objetivo de identificar efeitos dessa precarização na realidade educacional local, são consideradas para análise algumas informações acerca da educação pública em Goiás.

A escolha desta temática surge tanto da formação acadêmica proporcionada pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) – Câmpus Goiânia Oeste quanto de experiências vivenciadas no âmbito pessoal. No IFG, a perspectiva é a formação do Pedagogo como Educador Social. Para tanto, o curso se estrutura de modo a permitir que o egresso se aproxime de diversas realidades educacionais e sociais, desenvolvendo competências para atuar em contextos diferenciados, com foco na promoção de igualdade, inclusão e transformação social por meio da educação.

Do ponto de vista pessoal, acompanhar a trajetória de uma mãe docente da rede pública municipal de ensino, e percebê-la ao longo dos anos cada vez mais adoecida e sobrecarregada pelo excesso de trabalho, foi uma forma adicional de constatação do que pesquisas têm indicado sobre como as políticas neoliberais afetam a rotina e a saúde dos professores. Assim, o interesse em aprofundar os estudos sobre esse tema expressa não apenas um compromisso acadêmico, mas também a necessidade de compreender criticamente os desafios enfrentados pelos profissionais da educação diante das transformações impostas pelo neoliberalismo, bem como a de identificar possíveis formas de resistência.

A lógica neoliberal aplicada à educação não se limita às reformas curriculares e às mudanças na estrutura administrativa das escolas, mas afeta diretamente a organização do trabalho dos professores, impondo um modelo de gestão baseado na eficiência, na produtividade e na responsabilização individual. A coletânea "Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico" (2022), organizada por Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior e Christian Dunker, oferece perspectivas valiosas para a compreensão sobre a relação entre o neoliberalismo e seus impactos na condição docente, especialmente no contexto da engenharia social.

Nesse sentido, Safatle (2022) traz um conceito essencial na construção da temática deste trabalho: “Na verdade o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na

configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos. Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social.” (p. 25).

Engenharia social, algo pensado e elaborado para causar o sofrimento naqueles que não atendem às expectativas de quem está no poder, com o objetivo de silenciar a sociedade de uma forma mais violenta e esquematizada, em sua maioria, através de políticas públicas, moldando subjetividades e promovendo a mercantilização das relações sociais, além de transformar significativamente as relações de trabalho.

No campo educacional, essa lógica se manifesta, dentre outros modos, na precarização do trabalho docente, na intensificação das responsabilidades dos professores, no aumento dos casos de adoecimento e na fragilização da carreira, na padronização curricular, na privatização da gestão escolar, no aumento de contratos temporários e na sobrecarga de trabalho dos docentes, resultando em um cenário de desgaste físico e emocional da categoria.

O interesse por aprofundar os estudos sobre essa relação entre neoliberalismo e educação reside, portanto, na necessidade de desvendar as complexidades desse fenômeno, transcendendo a mera observação das transformações temporais e buscando compreender elementos que influenciam e têm moldado no Brasil a condição docente e do trabalho que esse profissional realiza.

O propósito final é não apenas mapear os resultados visíveis, mas também identificar as raízes ideológicas e os mecanismos subjacentes que moldam a relação entre o neoliberalismo e o campo educacional, considerando o contexto histórico, político e econômico do país. Para tanto, realizou-se uma investigação inicial sobre pesquisas que analisam a relação entre neoliberalismo e condição do trabalho docente no Brasil e apresentam algumas informações sobre as condições de trabalho na rede estadual de Goiás.

Com a finalidade de expor de modo orgânico os estudos realizados, esse trabalho monográfico se organiza em dois capítulos. O primeiro aborda um breve contexto histórico relacionado às políticas educacionais neoliberais no Brasil, o segundo apresenta como o neoliberalismo afeta o trabalho e acarreta o adoecimento dos docentes, além de uma análise sobre a situação dos professores do estado de Goiás.

Entre os principais referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa bibliográfica, destacam-se as contribuições de Paulo Freire (1979, 1996, Dalila Andrade Oliveira (2010, 2020), Luiz Carlos de Freitas (2018), Vladimir Safatle (2022) e Boaventura de Sousa Santos (2019), na medida em que discutem os impactos das políticas neoliberais sobre o trabalho e a subjetividade dos profissionais da educação.

1. ASPECTOS DO NEOLIBERALISMO COMO ENGENHARIA SOCIAL E OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS

Segundo o filósofo e escritor Wladimir Safatle (2022), o neoliberalismo não é apenas uma teoria econômica, pois transcende essa orientação, exercendo influência em diversos aspectos sociais, culturais e subjetivos da sociedade. Suas críticas frequentemente são direcionadas para os efeitos adversos que essa ideologia pode provocar na equidade, na solidariedade e na qualidade de vida. Ele vê o neoliberalismo como uma forma de engenharia social, ou seja, estruturas de poder que modelam tanto as necessidades individuais quanto as coletivas. Nesse contexto, o autor explora como as instituições públicas e privadas desempenham papéis fundamentais para moldar a percepção das pessoas em relação a si, aos outros e ao mundo ao seu redor.

Em um breve contexto histórico, Freitas (2018) identifica a ascensão do neoliberalismo ocorrendo no final dos anos de 1970 nos Estados Unidos e Europa com a primeira crise do petróleo, a eclosão da Segunda Guerra Fria no Afeganistão, entre 1979 a 1989. Nesse cenário tem-se o crescimento do sentimento anticomunista e a vitória na eleição de candidatos conservadores, como Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979 e Reagan nos Estados Unidos, em 1981, fazendo com que suas influências se espalhassem pelo mundo. Freitas apresenta a seguinte compreensão do economista Bresser-Pereira:

O surgimento de um segundo liberalismo econômico radical – os Anos Neoliberais do Capitalismo – foi uma resposta a esses fatos. [...] Grandes intelectuais liberais, como Friedrich Hayek, Karl Popper, Milton Friedman e James Buchanan, desempenharam um papel ideológico estratégico na conversão dos departamentos econômicos das principais universidades em modelos neoclássicos hipotético-dedutivos abstratos, cujo papel era legitimar o liberalismo econômico (Bresser-Pereira apud Freitas, 2018, p.13).

Segundo Bresser-Pereira:

Enquanto o Brasil crescia aceleradamente, entre 1950 e 1980, todos de esquerda e de direita eram nacional-desenvolvimentistas. As distinções eram de grau. Quando o desenvolvimentismo entrou em colapso, a velha esquerda agarrou-se a ele, enquanto a direita liberal aderiu ao neoliberalismo triunfante (2003 apud Freitas, 2018, p. 14).

A introdução do neoliberalismo no Brasil nos anos 1990 se dá no contexto de redemocratização do país, marcada pelas gestões de 1990 até 2002, que representou uma reestruturação das políticas públicas, incluindo a educação, promovendo uma gestão voltada cada vez mais para a eficiência administrativa e para a lógica produtivista. Segundo a

pesquisa realizada no ano de 2003 por Jorge Abrahão de Castro e Raul Miranda Menezes, com o tema: "Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990", o programa de governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992) à presidência estava centrado na modernização do país, abrangendo aspectos econômicos, políticos e sociais.

Em relação à educação, o diagnóstico apontava o ensino fundamental como uma das áreas mais problemáticas, especialmente devido às baixas taxas de conclusão, alta repetência e evasão escolar. Collor afirmou que o problema não era a insuficiência de oferta educacional, mas sim a baixa qualidade dessa oferta, com causas ligadas à pobreza e à falência do Estado em atender às demandas sociais. Segundo os autores:

Há ainda referência à necessidade de incentivar o envolvimento da iniciativa privada na oferta de serviços educacionais, tanto por intermédio de sua participação na gestão quanto no aporte de recursos para a área. Em termos de inovações na gestão, destacam-se as destinadas aos chamados programas complementares de assistência aos educandos. Dessa forma, preconizam-se a regionalização do material didático, a descentralização da produção do material escolar e, sobretudo, o estabelecimento de mecanismos de gestão descentralizados para esses programas. (Castro e Menezes, 2003, p. 9).

Ao se referir ao governo de Itamar Franco (1992-1995), os autores relatam a situação deixada por Collor, que se consistia em: redução do crescimento econômico, altas taxas de inflação, diminuição da renda, desemprego e crise fiscal. O presidente na ocasião, para lidar com esses problemas, priorizou a descentralização da gestão de políticas públicas, com ênfase na cooperação entre União, estados e municípios.

Nesse curto interregno, diversos fóruns e seminários foram concebidos e realizados a fim de ampliar os canais de discussão da problemática e das sugestões de encaminhamentos adequados para contornar os graves problemas da área. De forma complementar, iniciou-se o processo de institucionalização da descentralização da gestão dos programas complementares de assistência aos educandos, o qual pode ser considerada uma fase intermediária para um novo modelo de gestão mais descentralizado. (Castro e Menezes, 2003, p.19).

A década de 1990 marcou um período do qual o Brasil passou por uma série de transformações em sua história política, social e econômica. Nesse cenário, foram criadas diversas políticas de “reparação” e assistencialistas, além de programas, planos, leis e diretrizes como forma de fragmentar e descentralizar a responsabilidade do Estado (Frigotto e Ciavatta, 2003).

Conforme apontado pelos autores, já no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foi implementada uma série de reformas estruturais que causaram um impacto

direto no financiamento da educação e na organização do trabalho docente. Segundo Dalila Andrade Oliveira (2020), nesse contexto, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional nº 14/1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424/1996, foi uma das principais políticas educacionais adotadas nesse período para reorganizar o financiamento do ensino fundamental, que vinha enfrentando a repetência e a má gestão dos recursos financeiros.

O FUNDEF tinha como objetivo redistribuir os recursos da educação de forma mais equitativa entre os estados e municípios, incluindo uma parcela significativa dos investimentos ao pagamento dos professores. Castro e Menezes (2003) reiteram:

A criação do FUNDEF foi uma estratégia para forçar a regularização, a correção de desigualdades regionais, a melhoria na visibilidade e na expansão do fluxo de recursos para o financiamento da educação fundamental, para com isso buscar soluções para a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental, uma vez que um dos principais objetivos do Fundef é estimular a melhoria da qualidade do ensino mediante a vinculação de recursos para a capacitação e a valorização do magistério. (Castro e Menezes, 2003, p. 21).

O FUNDEF apresentava uma limitação estrutural significativa: seu escopo restrito ao ensino fundamental. Essa fragmentação só foi corrigida em 2007, com a substituição do FUNDEF pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que ampliou o financiamento para todas as etapas da educação básica, tornando-se um mecanismo mais abrangente de redistribuição de recursos.

Contudo, apesar de o FUNDEB ter representado um avanço em relação ao FUNDEF e também para a educação pública, não foi capaz de solucionar os problemas estruturais do setor e, em diversos aspectos, aprofundou a precarização do trabalho docente:

O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público. (Oliveira, 2004. p.14).

A priorização dos salários sem a devida atenção às condições estruturais das escolas resultou na sobrecarga dos professores, que enfrentavam turmas superlotadas, ausência de materiais pedagógicos e falta de infraestrutura básica. Como argumenta Oliveira (2004), os docentes continuaram sem um ambiente de ensino adequado, pois se manteve a precarização

da carreira docente ao ignorar elementos fundamentais para a qualidade do trabalho educacional, como a redução do número de alunos por sala e a valorização da formação continuada.

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (Noronha, 2001). Essa situação é ainda mais reforçada pelas estratégias de gestão já mencionadas, que apelam ao comunitarismo e voluntariado, na promoção de uma educação para todos. Nesse contexto é que se identifica um processo de desqualificação e desvalorização sofrido pelos professores (Oliveira, 2004, p.6)

Freitas (2018), em perspectiva similar à de Oliveira (2004) também analisou que, mesmo com a implantação do FUNDEB, as reformas educacionais continuaram pautadas em princípios de eficiência financeira e responsabilização individual dos professores pelo desempenho dos alunos, sem enfrentar os problemas estruturais que perpetuam a precarização docente. A ampliação do financiamento não veio acompanhada de uma política consistente de valorização da carreira, e muitos dos desafios enfrentados pelos professores no período do FUNDEF permaneceram com o FUNDEB, como a instabilidade contratual, a intensificação do trabalho e a sobrecarga burocrática.

Dessa forma, a análise dos dois fundos, FUNDEF e FUNDEB, no contexto das políticas neoliberais aplicadas à educação pública brasileira demonstra que, embora tenham representado avanços na distribuição de recursos, esses fundos não foram suficientes para reverter a precarização do trabalho docente. A lógica de eficiência administrativa e redução de custos continuou sendo priorizada, perpetuando um modelo de ensino que sobrecarrega os professores e compromete a qualidade da educação até os dias de hoje.

Ao se analisar o cenário educacional brasileiro nos períodos de 1990 a 2003 e 2016 a 2023, a ênfase recai sobre a influência do neoliberalismo como uma forma de engenharia social que, ao moldar de maneira significativa todas as dimensões da vida, incide de modo decisivo na educação e, por conseguinte, na condição do trabalho docente. Nesse sentido, a percepção do desmonte da educação pública emerge como um elemento central para análise, a fim de que se possa buscar compreender as consequências duradouras enfrentadas pela sociedade brasileira.

No Brasil, as políticas neoliberais foram perpetuadas por três gestões que originaram uma nova série de políticas econômicas e que retardaram a recuperação da estabilidade

macroeconômica tanto quanto as pressões dos grupos de interesse, até a chegada de Lula, em 2003, com a política desenvolvimentista, por meio da qual se procurou ir contra as políticas de livre mercado e empresarial. Sendo que, foram gestadas políticas para a educação ao longo do Governo Lula e do Governo Dilma em que a perspectiva neoliberal foi adotada de maneira explícita como, por exemplo, a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, que começou como um movimento coletivo e terminou como uma imposição controlada principalmente pelos interesses das classes dominantes.

Esse governo, contudo, na leitura de alguns autores, posteriormente fortaleceu a oposição, o que acabou por ocasionar o golpe de 2016 pelo vice-presidente Michel Temer, que rapidamente deu início à diversas políticas públicas neoliberais, principalmente na educação com o Novo Ensino Médio pela lei nº 13.415/2017, que alterou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu mudanças na estrutura do ensino. Na sequência, por Jair Bolsonaro, que assumiu a presidência em 2018 e cujo mandato ocasionou grandes retrocessos para a educação pública, como por exemplo, não se contrapondo ao corte de verbas para institutos e universidades federais. Conforme advertido por Boaventura de Sousa Santos (2022) em uma opinião sobre as eleições de 2022 disponibilizada pela Revista Público:

Com a eleição de Jair Bolsonaro encerrou-se a primeira fase do golpe e iniciou-se uma segunda, Jair Bolsonaro tornou claro desde o primeiro momento que se servira da democracia exclusivamente para chegar ao poder e que, uma vez atingido este objetivo, exerceria o poder com o exclusivo objetivo de a destruir. Nesta segunda fase, o golpe assumiu a forma de esvaziamento lento da institucionalidade e da cultura política democrática (Sousa Santos, 2022, p.2).

Freitas (2018), por sua vez, evidencia que as reformas educacionais promovidas não se limitam a mudanças administrativas, mas representam um ataque direto às conquistas históricas dos trabalhadores da educação. Segundo o autor, “A 'nova direita' e seus aliados passam a implementar um conjunto de reformas que desestruturam a luta dos trabalhadores e colocam novos marcos de precarização da força de trabalho, ao mesmo tempo que recompõem as garantias do processo de acumulação.” (Freitas, 2018, p. 22).

Essa estratégia de reestruturação neoliberal não se restringe à esfera econômica, mas atinge diretamente o trabalho docente, impondo um modelo de gestão que intensifica a carga horária, reduz a autonomia pedagógica e submete os professores a mecanismos de avaliação e controle externo. A partir desse contexto, a precarização da docência não ocorre isoladamente, mas como parte de um processo mais amplo de desregulamentação das condições de trabalho,

no qual a eficiência e a produtividade tornam-se critérios determinantes para a permanência e progressão na carreira.

A flexibilização dos contratos, a cobrança por resultados padronizados e o enfraquecimento das instâncias coletivas de luta dos trabalhadores da educação consolidam um ambiente de instabilidade, agravando, o quadro de desvalorização dos professores que, conforme destacado por Oliveira (2010):

São considerados os principais responsáveis pelo processo educativo nas políticas educacionais, tendo de responsabilizarem-se pelo desempenho dos alunos, da escola e do sistema educacional. Contudo, diante das variadas funções que a escola pública assume na atualidade, os professores se veem muitas vezes obrigados a responderem a exigências para as quais não se encontram preparados. (Oliveira, 2010. p. 3)

Camargo e Rosa (2018), em obra organizada por Libâneo e Freitas (2018) ao refletirem sobre a constituição do trabalho docente, realizam reflexões sobre o trabalho do professor não ser dissociado do seu ser social. Destaca-se a ideia de que o trabalho docente não é neutro, sendo permeado por posicionamentos políticos e pedagógicos intencionais, mediados por diversas ordens e ressaltam a complexidade dessa atividade, realizada por um sujeito que necessita de conhecimentos específicos para promover o processo de ensino e aprendizagem e contribuir para a formação de outros sujeitos por meio da mediação de conhecimentos científicos acumulados historicamente. Quando se trata da condição docente na atualidade, as autoras destacam desafios centrais enfrentados pelos docentes:

Competitividade, a responsabilização das pessoas pelo próprio sucesso ou fracasso em suas atuações laborais e da qualidade de seus vencimentos pelos trabalhos que conseguem realizar são situações enfrentadas por diversos trabalhadores, inclusive os professores, que também vivenciam o processo de alienação do trabalho. (Libâneo e Freitas, 2018, p. 284).

A intensificação do trabalho e a precarização das condições laborais impactam diretamente o bem-estar dos docentes, resultando em elevados índices de adoecimento. Transtornos de ansiedade e quadros depressivos são cada vez mais comuns entre professores, refletindo o esgotamento causado por um modelo de ensino que exige alto desempenho sem oferecer suporte adequado. A sobrecarga de trabalho, aliada à insegurança contratual e à desvalorização profissional, tem levado muitos docentes ao afastamento por questões de saúde e, em casos mais extremos, ao abandono da carreira.

2. NEOLIBERALISMO, ADOECIMENTO DOCENTE E A LUTA PELO DIREITO AO TRABALHO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL DE GOIÁS.

Nesse capítulo objetiva-se analisar como a precarização das condições de trabalho tem contribuído para o adoecimento dos que atuam, sobretudo, na educação pública. Com o objetivo de identificar como esses processos se dão na realidade local, apresenta-se também aspectos das condições de trabalho na educação estadual de Goiás que, ao se recusar a efetivar profissionais da educação por meio de concurso público, por exemplo, mantém a precarização das condições de trabalho e, por consequência, da educação ofertada à população.

2.1. Neoliberalismo e adoecimento docente

Conforme advertido por Oliveira (2020), o adoecimento docente é uma das faces mais alarmantes do impacto das políticas neoliberais na educação pública. A intensificação da carga de trabalho, a precarização dos contratos e a falta de suporte institucional têm levado a um cenário de sofrimento psíquico crescente entre os professores. Esses fatores não apenas comprometem a saúde dos educadores, mas também afetam a qualidade da educação, tornando urgente a necessidade de políticas que protejam o bem-estar dos profissionais da área. A autora destaca como a própria compreensão do que seja o trabalho docente tem sofrido alterações:

O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. O trabalho docente amplia o seu âmbito de compreensão e, consequentemente, as análises a seu respeito tendem a se complexificar. (Oliveira, 2020, p. 6)

A autora (2020) destaca que essa precarização não se dá apenas pela ausência de estabilidade, mas também pelo excesso de demandas burocráticas e pedagógicas impostas aos docentes, que precisam lidar com múltiplas funções sem o suporte necessário. A sobrecarga de trabalho, agravada pela falta de infraestrutura e pela pressão por resultados intensifica o desgaste físico e mental da categoria.

Os efeitos dessa realidade sobre a saúde dos professores têm sido crescentemente identificados e são amplamente documentados em pesquisas sobre a relação entre trabalho e sofrimento psíquico. A obra *Educação: Carinho e Trabalho*, do autor Wanderley Codo,

publicada ainda em 1999 e fruto de um estudo com mais de 52.000 educadores brasileiros, evidencia como o desgaste profissional tem levado a um aumento expressivo dos casos de Burnout, ansiedade e depressão entre os docentes.

Marco importante no mapeamento do Burnout como síndrome que começava a acometer os profissionais da educação no Brasil, a obra organizada por Codo revela que muitos professores enfrentam um dilema constante entre o ideal de ensino e as limitações impostas pelas condições de trabalho. Como advertido pelo autor,

Grande parte do livro é dedicada exatamente à emergência da nova consideração sobre trabalho e emprego diante da modernidade técnica e da sociedade globalizada: o burnout. A certa altura definido como “o nome da dor de um profissional encalacrado entre o que pode fazer e o que efetivamente consegue fazer, entre o céu de possibilidades e o inferno dos limites estruturais, entre a vitória e a frustração”. Ou, ainda, “é a síndrome de um trabalho que voltou a ser trabalho, mas que ainda não deixou de ser mercadoria”. (Codo, 1999. p. 8)

Esse fenômeno, descrito como síndrome de exaustão emocional, compromete não apenas a saúde do professor, mas também sua capacidade de estabelecer vínculos pedagógicos efetivos com os alunos. A falta de reconhecimento profissional, a pressão por resultados irreais, currículo engessado, normas e projetos que ditam seus afazeres e avaliações de desempenho também contribuem para o adoecimento docente. Codo define Burnout como:

Uma desistência de quem ainda está lá. Encalacrado em uma situação de trabalho que não pode suportar, mas que também não pode desistir. O trabalhador arma, inconscientemente, uma retirada psicológica, um modo de abandonar o trabalho apesar de continuar no posto. Está presente na sala de aula, mas passa a considerar cada aula, cada aluno, cada semestre, como números que vão se somando em uma folha em branco. (Codo, 1999. p. 276)

Freitas (2018) aponta que a reforma empresarial da educação impôs uma lógica meritocrática que ignora as desigualdades estruturais das escolas e transfere exclusivamente para os professores a responsabilidade pelo desempenho dos estudantes. Esse modelo de gestão intensifica a cobrança sobre os docentes sem oferecer os recursos necessários para que possam desempenhar seu trabalho de forma adequada. O resultado é um ambiente de trabalho hostil, no qual o medo da demissão e a ausência de suporte institucional levam muitos educadores a desenvolver sintomas de estresse crônico e desmotivação profissional:

A reforma empresarial da educação concebe o magistério da mesma forma que concebe a escola, inserido em um livre mercado competitivo, e neste cenário, os salários são tornados dependentes dos resultados esperados, sem direito à estabilidade no emprego e tanto quanto possível sem sindicalização (...) Em sua

visão, o professor trabalhará mais se estiver com sua cabeça a prêmio todo dia. (Freitas, 2018. p. 131)

A contradição entre a importância social da educação e a desvalorização do trabalho docente reflete um processo estrutural no qual o prestígio simbólico da profissão não se traduz em reconhecimento efetivo por parte do Estado e da sociedade. Esse descompasso aprofunda a precarização das condições de trabalho e intensifica o desgaste emocional dos professores, que enfrentam jornadas exaustivas, baixa remuneração e perda de autonomia pedagógica. Não pode ser analisado de forma isolada, mas sim como resultado direto de um modelo educacional estruturado para atender a demandas de produtividade, desconsiderando o papel essencial do professor na construção do conhecimento. Para Codo (1999):

Tudo faz crer que estivemos navegando em um nebuloso território marcado pelas relações sociais, no trabalho e fora dele, das percepções sociais sobre o trabalho do educador, da percepção do trabalhador a partir da inserção social do seu trabalho. Tudo faz crer que estamos às voltas com o prestígio social da educação e do educador, com os reflexos que aquele prestígio tem sobre o trabalhador, com os conflitos localizados entre um trabalho cada vez mais importante e cada vez mais desvalorizado por esta mesma sociedade. Em uma palavra, o círculo que se arma entre Burnout e percepção do trabalho como não importante é provocado pela hipocrisia da sociedade, particularmente do Estado, no trato cotidiano com a educação. (Codo, 1999. p. 331)

Com a finalidade de identificar as formas como a lógica neoliberal se materializa na gestão da educação pública, no próximo tópico serão tomadas como exemplo algumas políticas educacionais implementadas em Goiás, as quais têm aprofundado a precarização das condições do trabalho docente, provocando impactos na qualidade da educação pública ofertada no estado.

Além dos impactos sobre a saúde dos professores, a precarização do trabalho docente tem efeitos diretos na qualidade da educação. A alta rotatividade de profissionais, impulsionada pela falta de estabilidade contratual, impede a continuidade pedagógica e fragiliza o vínculo entre professores e alunos. O estabelecimento de vínculos com os estudantes é também um dos fatores de realização profissional para os docentes, mas essa relação se torna cada vez mais difícil em um contexto no qual os professores são constantemente substituídos ou sobrecarregados com demandas excessivas. O distanciamento entre educadores e alunos compromete o processo de ensino-aprendizagem e contribuem para o aumento dos índices de evasão escolar, especialmente em comunidades mais vulneráveis.

2.2. Formas de precarização do trabalho docente na educação pública estadual de Goiás: alguns exemplos

As políticas educacionais implementadas no Estado de Goiás refletem um processo mais amplo de reestruturação do ensino público sob a ótica neoliberal, promovendo mudanças significativas na organização do trabalho docente. Essas reformas privilegiam a lógica da eficiência administrativa e da redução de custos, resultando na precarização da carreira dos profissionais da educação como um todo e na fragilização da educação pública.

Nesse trabalho serão destacados apenas alguns exemplos da realidade educacional local com a finalidade de evidenciar o quão são multifacetadas as formas de precarização do trabalho docente. O déficit de profissionais da educação e a ampliação dos contratos temporários sem estabilidade, por exemplo, evidenciam uma política de desresponsabilização do Estado quanto à valorização do magistério e à garantia de condições adequadas para o exercício da docência.

O relatório “Estudos conjunturais: Déficit de Profissionais da Educação da Rede Pública Estadual de Goiás” (2022), elaborado pelo Observatório do Estado Social Brasileiro e Observatório da Educação revelou que a crescente dependência de professores temporários em Goiás não se trata de uma solução emergencial, mas sim de uma prática sistemática que substitui contratações efetivas por vínculos frágeis e instáveis. Em 2022, o estado registrou 10.012 docentes atuando sob contratos temporários, número que corresponde a quase metade do total de professores da rede estadual. Esse cenário não apenas compromete a continuidade de processos formativos, mas também intensifica a precarização da profissão, uma vez que esses profissionais recebem salários inferiores, possuem menos direitos trabalhistas e estão submetidos a uma instabilidade constante. A ausência de concursos públicos regulares agrava esse quadro, dificultando a reposição de profissionais efetivos e ampliando a rotatividade de docentes nas escolas. Conforme descrito no documento.

Um dos principais problemas da educação pública, no ensino básico, é que criamos duas classes de professores. Quando um professor de química ou de história ministra o conteúdo ou corrige uma prova, por exemplo, um deles, tendo CONTRATO TEMPORÁRIO, receberá muito menos por seu trabalho. E as diferenças não se resumem ao valor da remuneração. O professor na condição de contrato temporário não terá estabilidade funcional e, portanto, complementar a carga horária em outras escolas, dividindo, com frequência, o tempo com outros trabalhos para complementar a renda [...] (Observatório do Estado Social Brasileiro, 2022, p. 5).

Além da crescente ideia de terceirização da gestão escolar por meio das OS, a própria estrutura de contratação de professores reflete a lógica de flexibilização do trabalho docente. O modelo de contratação temporária adotado pelo governo de Goiás reduz custos com encargos trabalhistas e previdenciários e permite a demissão de profissionais sem justificativas sólidas, tornando os docentes mais vulneráveis à pressão administrativa e à intensificação do trabalho.

Como destaca Oliveira (2020), esse processo de flexibilização das relações de trabalho compromete a construção de vínculos pedagógicos estáveis, uma vez que os professores não possuem garantias de permanência, dificultando a consolidação de projetos educativos em longo prazo:

A flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e o reduzido número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas. Esse processo está associado às exigências de maior flexibilidade pelos empregadores. A noção da flexibilidade parece ter se deslocado de dentro das empresas, isto é, das relações de trabalho para as relações de emprego. (Oliveira, 2020, p. 13)

Outro fator que agrava a precarização da docência em Goiás é a sobrecarga de trabalho imposta aos professores. O acúmulo de funções extraclasses, como participação em reuniões administrativas, preenchimento de relatórios e cumprimento de metas de desempenho, sobrecarrega os profissionais, que enfrentam jornadas exaustivas sem a devida compensação salarial. De acordo com matéria do jornal Goiás 246 nesse ano de 2025,

Desde 2022, os professores da Rede Estadual de Educação de Goiás enfrentam uma situação de desrespeito aos seus direitos trabalhistas, com um aumento significativo e irregular da carga horária de trabalho. A gestão do governador Ronaldo Caiado (DEM) [*sic*]¹ tem sido alvo de críticas por implementar uma mudança no cálculo da hora-aula que contraria decisões judiciais já pacificadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). A medida, que impacta diretamente na qualidade de vida e na saúde dos profissionais da educação, é considerada ilegal e abusiva pelos docentes. (JORNAL 246, 2025).

¹ Embora a reportagem faça referência à sigla do Partido Democratas – DEM, necessário destacar que a partir do início de 2022, o referido partido se funde ao Partido Social Liberal – PSL e então é criado o União Brasil – UB, sendo essa a sigla atual de pertencimento do governador em exercício, Ronaldo Caiado.

O jornal relata que a mudança, implementada sob a justificativa de recuperação fiscal, alterou o cálculo da hora-aula de 50 para 60 minutos, resultando em uma jornada semanal de 32 horas em sala de aula, quando o limite legal estabelecido é de 26 horas. Essa medida, prevista na Lei nº 21.682, não foi acompanhada de compensação financeira nem de ajustes que garantam tempo suficiente para atividades extraclasse, como planejamento e formação contínua. A sobrecarga imposta aos docentes intensifica a precarização da profissão, elevando os índices de adoecimento profissional e comprometendo a qualidade do ensino.

Como aponta Freitas (2018), a reforma empresarial da educação impõe aos professores uma lógica de responsabilização individual pelo rendimento dos alunos, ignorando os fatores estruturais que afetam o aprendizado e transferindo para os docentes a culpa por eventuais dificuldades educacionais.

Neste caminho da destruição da educação pública, outro dos objetivos da reforma associado à privatização, de caráter ideológico, também foi sendo cumprido: controlar o processo educativo, colocando a escola sob formas de administração empresarial. Guiados por seu projeto político-ideológico, não são poucas as vantagens que encontram nisso: permite o controle da gestão, fazendo com que esta assuma um estilo empresarial e impedindo com isso a gestão democrática da escola com uma concepção pública, como um “bem comum”; e permite o controle dos profissionais da educação, por quem nutrem verdadeiro desprezo. (Freitas, 2018, p. 97.)

Essa lógica meritocrática, reforçada pelas políticas educacionais e que é observada na realidade goiana, desconsidera as desigualdades sociais e econômicas que impactam o desempenho escolar e impõe aos professores uma pressão desproporcional.

Para Safatle (2022, p. 32) “A empresa não é apenas a figura de uma forma de racionalidade econômica. Ela é a expressão de uma forma de violência”. Como argumentam Frigotto e Ciavatta (2003), a inserção da lógica empresarial na educação compromete a função social da escola pública, transformando-a em um espaço voltado para o cumprimento de metas gerenciais, em vez de um ambiente de aprendizado crítico e emancipador.

Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação. (Frigotto e Ciavatta, 2003, p. 16)

Em Goiás, essa dinâmica pode ser observada pelas avaliações de desempenho impostas às escolas, que estabelecem critérios de produtividade sem considerar as especificidades e os desafios enfrentados por cada unidade escolar. O que gera nos

profissionais da educação, sobretudo nos docentes, grande pressão em relação aos resultados dessas avaliações em larga escala, já que a nota que a escola recebe influencia diretamente em diversas dimensões como: na manutenção do seu funcionamento, escolas vêm sendo fechadas por notas terem notas “ruins” em avaliações como na Prova Brasil, no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), no Sistema de Avaliação Educacional de Goiás (Saego), entre outras; Para além disso, a nota geral da escola calculada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) interfere na verba direcionada para as instituições, variando de acordo com seus posicionamento no ranking das melhores escolas, sendo que nas que recebem “boas” notas os docentes chegam a receber bônus salariais. O que implica, não apenas em uma pressão sobre as notas recebidas, mas redireciona o processo de ensino-aprendizagem para a realização de atividades preparatórias para essas avaliações, perdendo muitas vezes de vista o objetivo de uma educação emancipadora e transformadora.

O impacto dessas políticas na carreira docente também se manifesta na deterioração das condições de trabalho e no afastamento de profissionais da educação. A falta de estabilidade e a precarização dos vínculos empregatícios contribuem para o desinteresse pela docência, resultando na diminuição do número de profissionais qualificados dispostos a ingressar na rede pública de ensino. Dados do Observatório do Estado Social Brasileiro (2022) indicam que o déficit de professores efetivos tem se agravado nos últimos anos, em razão do elevado número de aposentadorias não repostas por concursos públicos. Entre 2017 e 2022, mais de 4.260 docentes se aposentaram, enquanto outros 233 faleceram, sem que o Estado garantisse novas contratações para suprir essa demanda. Trata-se de situação que interfere “no desempenho dos profissionais da educação e reverbera, igualmente, na aprendizagem dos alunos, comprometendo, as promessas de universalização do acesso à educação gratuita e de qualidade” (Observatório do Estado Social Brasileiro, 2022.).

Diante desse cenário de déficit de professores efetivos, da ampliação dos contratos temporários e da sobrecarga imposta aos docentes, foi possível observar uma política educacional voltada para a redução de custos em detrimento da valorização da categoria. A adoção de mecanismos de gestão privatizantes e a flexibilização das relações de trabalho não apenas comprometem a qualidade do ensino, mas também fragilizam a estrutura da educação pública, afastando profissionais qualificados e intensificando a desigualdade no acesso a uma educação de qualidade.

Ao analisar a pesquisa do Observatório do Estado Social Brasileiro (2022), que utiliza o estado de Goiás como exemplo, evidencia-se como a crescente instabilidade profissional, impulsionada pelo alto número de contratos temporários, pode gerar incerteza sobre a

permanência no emprego e, aliada a condições salariais inadequadas, favorecendo a criação de um cenário de insegurança e desmotivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral compreender as relações entre o neoliberalismo e a crescente precarização das condições do trabalho docente e suas consequências para a saúde mental dos professores. Com a intenção de identificar como esses processos se dão na realidade educacional, iniciou-se uma aproximação a fontes que revelam aspectos das condições de gestão e trabalho na rede pública de ensino de Goiás. Para isso, foram analisadas a flexibilização dos contratos, a sobrecarga de trabalho, a lógica meritocrática imposta à docência e a gestão escolar. Fundamentando-se em autores como Freitas (2018), Oliveira (2020) e Safatle, Junior e Dunker (2022), além do relatório do Observatório do Estado Social Brasileiro (2022), a pesquisa demonstrou como essas políticas desestruturam a carreira docente, intensificam a instabilidade profissional, intensificam processos de adoecimento e, desse modo, comprometem a qualidade da educação pública.

Os resultados indicam que o modelo educacional neoliberal, ao priorizar a eficiência financeira e a responsabilização individual dos professores pelo desempenho dos alunos, gera impactos negativos na saúde mental da categoria. A ausência de concursos públicos regulares, a crescente dependência de contratos temporários e a alta rotatividade de docentes criam um ambiente de trabalho marcado pela incerteza e pela desvalorização profissional. Conforme apontado pela pesquisa “Educação: Carinho e Trabalho” (1999), fatores como a sobrecarga de atividades extraclasse, a precariedade da infraestrutura escolar e a falta de reconhecimento profissional estão diretamente ligados ao aumento dos casos de Burnout, ansiedade e depressão entre os professores.

O que vimos aqui torna ainda mais importante o que foi visto sobre os determinantes do Burnout, síndrome que atinge o professor e tem efeitos em todos os outros elementos do sistema. O que melhor podemos fazer nesse momento, e pode parecer pouco, mas é muito, é conhecer o Burnout, seus antecedentes e as suas consequências, para saber que direção devemos tomar na busca das soluções. (Codo, 1999, p. 310).

É necessário compreender, também, que toda a precarização tanto da educação de maneira geral, quanto do trabalho docente não é uma decisão aleatória e um acidente frente à organização da sociedade, mas sim uma escolha consciente das classes dominantes ao atenderem aos seus próprios interesses em detrimento das necessidades concretas das classes trabalhadoras. Sendo o neoliberalismo o atual projeto político, filosófico e econômico que

atende aos interesses das classes dominantes nas esferas internacionais, nacionais e locais, fazendo da educação um dos meios de propagação e difusão dos interesses hegemônicos.

Compreende-se que a relevância desta pesquisa está em contribuir para que se afirme a necessidade urgente e permanente de se compreender os impactos dessas políticas e propor caminhos para a valorização da docência. Como destaca Paulo Freire (1979), a conscientização dos educadores sobre sua realidade é um passo essencial para a transformação social.

Quem, melhor que os oprimidos, está preparado para compreender o terrível significado de uma sociedade opressora? Quem sofre os efeitos da opressão com mais intensidade que os oprimidos? Quem com mais clareza que eles podem captar a necessidade da libertação? Os oprimidos não obterão a liberdade por acaso, senão procurando-a em sua práxis e reconhecendo nela que é necessário lutar para consegui-la. E esta luta, por causa da finalidade que lhe dão os oprimidos, representará realmente um ato de amor, oposto à falta de amor que se encontra no coração da violência dos opressores, falta de amor ainda nos casos em que se reveste de falsa generosidade (Freire, 1979, p. 31).

Freire ressalta a importância dessa luta ao afirmar que os oprimidos, mais do que qualquer outro grupo, estão preparados para compreender o significado profundo de uma sociedade opressora. Reconhecendo a necessidade de libertação, a luta pela liberdade torna-se um ato de amor. Portanto, é fundamental que os docentes atuem como uma classe unida e reivindicadora de direitos, comprometidos em promover uma educação justa e emancipadora.

Diante desse cenário, a construção de alternativas ao modelo atual torna-se fundamental para a preservação da saúde dos professores e para a melhoria da qualidade da educação pública. A resistência docente deve se dar por meio da mobilização sindical, da participação política e da exigência de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho. Como argumenta Paulo Freire (1996), a luta por uma educação libertadora passa necessariamente pela valorização dos professores e pelo reconhecimento de seu papel como agentes de transformação social.

A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte. O combate em favor da dignidade da prática docente é tão parte dela mesma quanto dela faz parte o respeito que o professor deve ter à identidade do educando, à sua pessoa, a seu direito de ser. Um dos piores males que o poder público vem fazendo a nós, no Brasil, historicamente, desde que a sociedade brasileira foi criada, é o de fazer muitos de nós correr o risco de, a custo de tanto descaso pela educação pública, existencialmente cansados, cair no indiferentismo fatalistamente cínico que leva ao cruzamento dos braços. “Não há o que fazer” é o discurso acomodado que não podemos aceitar. (Freire, 1996, p. 27).

Freire (1996) destaca que a tomada de consciência sobre a realidade social é o primeiro passo para transformá-la. Isso significa que os educadores não podem apenas suportar passivamente as imposições de um modelo educacional que os sobrecarrega e os desvaloriza. Pelo contrário, é fundamental que compreendam as raízes desse processo e se organizem coletivamente para reivindicar condições dignas de trabalho, a valorização da docência e um modelo educacional que respeite sua autonomia pedagógica.

Foi possível compreender que combater os processos de adoecimento docente exige também a implementação de políticas públicas que assegurem a estabilidade profissional, a valorização salarial e a proteção da saúde mental dos professores. A realização de concursos públicos regulares, a estruturação de planos de carreira justos e a revisão dos modelos de gestão escolar são medidas essenciais para reverter o atual quadro de precarização. Para tanto, é fundamental fortalecer a participação democrática na formulação das políticas educacionais e a discussão e pensamento críticos sobre a situação na qual são impostos, para que os docentes tenham voz ativa e possuam consciência das decisões que impactam suas condições de trabalho.

Qual o papel do estado na educação e qual o papel da escola pública na sociedade como um todo? Essa discussão, por si só, já é de fundamental importância para o desenvolvimento de políticas educacionais e de valorização da escola pública, e, inclusive, do próprio trabalho do professor, na medida em que seu esforço para traduzir seu conhecimento terá que ser seguramente maior num contexto deficitário como o que estamos apontando. (Codo, 1999, p. 369).

Em Goiás, a organização dos educadores tem sido essencial para pressionar por concursos públicos, planos de carreira estruturados e melhores condições salariais, medidas fundamentais para reverter o quadro de precarização do ensino, para lutar contra as OSs e pedir pela revogação da lei que muda os cálculos da carga horária. Além da mobilização coletiva, é fundamental que o Estado implemente políticas de suporte à saúde mental dos professores, reconhecendo o impacto do trabalho docente sobre o bem-estar psicológico dos educadores.

O projeto “Educação: Carinho e Trabalho” propõe, ainda, a necessidade de uma gestão escolar mais democrática e participativa, onde os professores possam atuar ativamente na formulação de políticas educacionais e na organização das escolas. Esse modelo, ao contrário do gerencialismo imposto pelas reformas neoliberais, valorizaria o conhecimento e a experiência dos docentes, poderia fortalecer sua identidade profissional e reduzir os índices de adoecimento na categoria.

Bom, nosso estudo mostrou que a presença nas escolas públicas de uma gestão de tipo democrática e participativa tem efeitos bastante positivos sobre a solução de alguns problemas que enfrentam hoje as escolas, tais como de segurança, da qualidade de uma série de aspectos da infra-estrutura dos estabelecimentos, bem como da produtividade da escola em termos dos índices de evasão e repetência dos alunos. (Codo, 1999, p. 381).

A alienação diante dessas políticas apenas perpetua o ciclo de exploração e adoecimento, enquanto o conhecimento e a mobilização são ferramentas poderosas para romper com esse sistema e construir uma educação verdadeiramente emancipadora. Somente a partir da conscientização e da ação coletiva será possível reverter esse cenário, garantindo não apenas melhores condições para os professores, mas também uma escola pública comprometida com a formação crítica e cidadã dos estudantes.

O estudo ora finalizado, ao mesmo tempo em que denuncia como a educação pública submetida à lógica neoliberal altera radicalmente as condições do trabalho docente, busca reconhecer que, apesar de todos os ataques à educação pública e trabalho que nela se realiza, é necessário reafirmar a importância da mobilização da categoria docente e da sociedade na defesa de uma educação pública de qualidade, que respeite a dignidade dos professores e assegure a formação cidadã dos estudantes.

A aproximação inicial à realidade educacional de Goiás objetivou evidenciar como a precarização se dá de formas multifacetadas. Espera-se que esta pesquisa contribua para o debate acadêmico sobre a valorização da docência e inspire novos estudos que aprofundem a compreensão dos impactos do neoliberalismo na educação, especialmente em Goiás, fortalecendo a luta coletiva por um sistema educacional mais justo e humanizado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 1996.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 ago. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

CAMARGO, Sandra A. Ferreira e ROSA, Sandra Valéria Limonta. Internacionalização das políticas educacionais, trabalho docente e precarização do ensino. In.: Libâneo e Freitas (Orgs). Políticas educacionais neoliberais e escola pública: uma qualidade restrita de educação escolar [livro eletrônico]– 1ª ed. – Goiânia : Editora Espaço Acadêmico, 2018. 364 p. ; ePUB. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Políticas_Educacionais_Neoliberais_e_Escola_Publica_-_uma_qualidade_restrita_de_educacao_escolar.pdf

CASTRO Jorge Abrahão de; MENEZES Raul Miranda. Avanços e limites na gestão da política federal de ensino fundamental nos anos 1990. Brasília, Instituto de pesquisa econômica aplicada, 2013. Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0947.pdf. Acesso em: 10 mar. 2025.

CODO, Wanderley. Educação: carinho e trabalho - Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, jan./abr. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000100005>. Acesso em: 5 mar. 2025.

GOIÁS 246. Professores de Goiás denunciam aumento abusivo de carga horária e descumprimento da lei na gestão Caiado. 2024. Disponível em: <https://www.goias246.com.br/noticia/20438/politica/professores-de-goias-denunciam-aumento-abusivo-de-carga-horaria-e-descumprimento-da-lei-na-gestao-caiado.html>. Acesso em: 12 mar. 2025.

OBSERVATÓRIO DO ESTADO SOCIAL BRASILEIRO. Déficit de profissionais da educação na Rede Pública Estadual de Goiás. 2022. Disponível em: https://obsestadosocial.com.br/obs/wp-content/uploads/2022/04/D%C3%A9ficit-de-profissionais-da-educ%C3%A7%C3%A3o_RELATORIO.pdf. Acesso em: 12 mar. 2025.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 36, p. 17-34, 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/20463/13663>. Acesso em: 12 mar. 2025.

SAFATLE, Vladimir; JUNIOR, Nelson da Silva; DUNKER, Christian (Orgs.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O golpe de estado continuado. Público, 2022. Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/10/31/opiniao/opiniao/golpe-estado-continuado-2025961>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SILVA, Marlene da; ALMEIDA, João Pedro. O professor, as condições de trabalho e seus efeitos sobre sua saúde. *Educação & Pesquisa*, São Paulo, v. 44, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/GdZKH9CHs99Qd3vzY5zfmnw>. Acesso em: 05 mar. 2025.

SANTOS, Marcela Rodrigues. Reflexões sobre o adoecimento docente na primeira fase da educação básica. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <https://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/1331>. Acesso em: 05 mar. 2025.